**

**FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

# Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário**

**Tributação Direta das Pessoas Jurídicas (DEF-0537) / 2020**

**AULA 09 – Simples Nacional**

**Exercício AULA 09.** No ano de 2019,a empresa de tradução de textos e documentos **Traduções Ltda.**, localizada no Município de São Paulo, auferiu como receita bruta o valor total de R$ 1.700.000,00 e incorreu em gastos com folha de salários da ordem R$ 680.000,00, divididos mensalmente de acordo com a tabela indicada abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Mês** | **Receita Bruta** | **Folha de salários** |
| Janeiro | R$100.000,00 | R$45.000,00 |
| Fevereiro | R$80.000,00 | R$40.000,00 |
| Março | R$70.000,00 | R$45.000,00 |
| Abril | R$120.000,00 | R$65.000,00 |
| Maio | R$200.000,00 | R$65.000,00 |
| Junho | R$250.000,00 | R$65.000,00 |
| Julho | R$150.000,00 | R$65.000,00 |
| Agosto | R$200.000,00 | R$65.000,00 |
| Setembro | R$180.000,00 | R$45.000,00 |
| Outubro | R$110.000,00 | R$45.000,00 |
| Novembro | R$150.000,00 | R$45.000,00 |
| Dezembro | R$90.000,00 | R$90.000,00 |

Recolhendo tributos pelo regime do Lucro Presumido[[1]](#footnote-1) do IRPJ/CSLL e, por consequência, pelo regime cumulativo de PIS/COFINS, o sócio majoritário da empresa encontra na internet o Portal do Simples Nacional. Descobrindo que há um tratamento tributário diferenciado para as empresas de pequeno porte, ele procura você, no início de janeiro de 2020, para responder às seguintes perguntas:

1. Qual o prazo de opção pelo recolhimento de tributos pelo Simples Nacional?
2. Em comparação ao atual regime do Lucro Presumido, o recolhimento pelo Simples Nacional é mais benéfico para a Tradução Ltda.? Se sim, quanto a empresa economizaria com esta opção?

Responda às perguntas do cliente com base nos materiais discutidos em sala e na folha de informações abaixo, relativa ao enquadramento das atividades empresariais nos Anexos da Lei Complementar nº 123/06.

**Obs.**: o cálculo da CPP e do ISS está explicado ao final da Folha de Informações.

**Folha de Informações**

**Enquadramento dos serviços nos Anexos III a V[[2]](#footnote-2) segundo art. 18 da Lei Complementar nº 123/06:**

| **Anexo** | **Serviços expressamente previstos** | **Exceções** | |
| --- | --- | --- | --- |
| **Anexo III**  **Anexo III**  **Anexo III** | § 5º-B. Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, serão tributadas na forma do **Anexo III** desta Lei Complementar as seguintes atividades de prestação de serviços:  I - creche, pré-escola e estabelecimento de ensino fundamental, escolas técnicas, profissionais e de ensino médio, de línguas estrangeiras, de artes, cursos técnicos de pilotagem, preparatórios para concursos, gerenciais e escolas livres, exceto as previstas nos incisos II e III do § 5º-D deste artigo;  II – agência terceirizada de correios;  III - agência de viagem e turismo;  IV - centro de formação de condutores de veículos automotores de transporte terrestre de passageiros e de carga;  V - agência lotérica;  IX - serviços de instalação, de reparos e de manutenção em geral, bem como de usinagem, solda, tratamento e revestimento em metais;  XIII - transporte municipal de passageiros;   XIV - escritórios de serviços contábeis, observado o disposto nos §§ 22-B e 22-C deste artigo.  XV - produções cinematográficas, audiovisuais, artísticas e culturais, sua exibição ou apresentação, inclusive no caso de música, literatura, artes cênicas, artes visuais, cinematográficas e audiovisuais.  XVI - fisioterapia;  XVII - corretagem de seguros.  XVIII - arquitetura e urbanismo;  XIX - medicina, inclusive laboratorial, e enfermagem;   XX - odontologia e prótese dentária;  XXI - psicologia, psicanálise, terapia ocupacional, acupuntura, podologia, fonoaudiologia, clínicas de nutrição e de vacinação e bancos de leite.  § 5°D. Sem prejuízo do disposto no § 1o do art. 17 desta Lei Complementar, as seguintes atividades de prestação de serviços serão tributadas na forma do **Anexo III** desta Lei Complementar:  I - administração e locação de imóveis de terceiros;   II - academias de dança, de capoeira, de ioga e de artes marciais;  III - academias de atividades físicas, desportivas, de natação e escolas de esportes;  IV - elaboração de programas de computadores, inclusive jogos eletrônicos, desde que desenvolvidos em estabelecimento do optante;  V - licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação;  VI - planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas, desde que realizados em estabelecimento do optante;  IX - empresas montadoras de estandes para feiras;  XII - laboratórios de análises clínicas ou de patologia clínica;  XIII - serviços de tomografia, diagnósticos médicos por imagem, registros gráficos e métodos óticos, bem como ressonância magnética;  XIV - serviços de prótese em geral. | § 5°J. As atividades de prestação de serviços a que se refere o § 5°I **[normalmente tributadas de acordo com o Anexo V]** serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar caso a razão entre a folha de salários e a receita bruta da pessoa jurídica seja igual ou superior a 28% (vinte e oito por cento).  § 5°-I. Sem prejuízo do disposto no § 1o do art. 17 desta Lei Complementar, as seguintes atividades de prestação de serviços serão tributadas na forma do Anexo V desta Lei Complementar:  II - medicina veterinária;  V - serviços de comissaria, de despachantes, de tradução e de interpretação;  VI - engenharia, medição, cartografia, topografia, geologia, geodésia, testes, suporte e análises técnicas e tecnológicas, pesquisa, design, desenho e agronomia;   VII - representação comercial e demais atividades de intermediação de negócios e serviços de terceiros;  VIII - perícia, leilão e avaliação;   IX - auditoria, economia, consultoria, gestão, organização, controle e administração;   X - jornalismo e publicidade;  XI - agenciamento, exceto de mão de obra;  XII - outras atividades do setor de serviços que tenham por finalidade a prestação de serviços decorrentes do exercício de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, que constitua profissão regulamentada ou não, desde que não sujeitas à tributação na forma dos Anexos III ou IV desta Lei Complementar. | § 5°F. As atividades de prestação de serviços referidas no § 2o do art. 17 **[quaisquer outras atividades que não incorram em vedação ao ingresso no Simples Nacional]** desta Lei Complementar serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar, salvo se, para alguma dessas atividades, houver previsão expressa de tributação na forma dos Anexos IV ou V desta Lei Complementar.  Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte: (...)  § 2° Também poderá optar pelo Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte que se dedique à prestação de outros serviços que não tenham sido objeto de vedação expressa neste artigo, desde que não incorra em nenhuma das hipóteses de vedação previstas nesta Lei Complementar. |
|  |  |
| **Anexo IV** | § 5º-C. Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as atividades de prestação de serviços seguintes serão tributadas na forma do **Anexo IV** desta Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no inciso VI do caput do art. 13 desta Lei Complementar, devendo ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis:  I - construção de imóveis e obras de engenharia em geral, inclusive sob a forma de subempreitada, execução de projetos e serviços de paisagismo, bem como decoração de interiores;  VI - serviço de vigilância, limpeza ou conservação.  VII - serviços advocatícios. |  |  |
| **Anexo V**  **Anexo V** | § 5°-I. Sem prejuízo do disposto no § 1o do art. 17 desta Lei Complementar, as seguintes atividades de prestação de serviços serão tributadas na forma do **Anexo V** desta Lei Complementar:  II - medicina veterinária;  V - serviços de comissaria, de despachantes, de tradução e de interpretação;  VI - engenharia, medição, cartografia, topografia, geologia, geodésia, testes, suporte e análises técnicas e tecnológicas, pesquisa, design, desenho e agronomia;   VII - representação comercial e demais atividades de intermediação de negócios e serviços de terceiros;  VIII - perícia, leilão e avaliação;   IX - auditoria, economia, consultoria, gestão, organização, controle e administração;   X - jornalismo e publicidade;  XI - agenciamento, exceto de mão de obra;  XII - outras atividades do setor de serviços que tenham por finalidade a prestação de serviços decorrentes do exercício de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, que constitua profissão regulamentada ou não, desde que não sujeitas à tributação na forma dos Anexos III ou IV desta Lei Complementar. | § 5°J. As atividades de prestação de serviços a que se refere o § 5°I serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar caso a razão entre a folha de salários e a receita bruta da pessoa jurídica seja igual ou superior a 28% (vinte e oito por cento).  § 5°M. Quando a relação entre a folha de salários e a receita bruta da microempresa ou da empresa de pequeno porte for inferior a 28% (vinte e oito por cento), serão tributadas na forma do Anexo V desta Lei Complementar as atividades previstas:  I - nos incisos XVI, XVIII, XIX, XX e XXI do § 5o-B deste artigo; **[normalmente tributadas de acordo com o Anexo V; vide quadro ao lado]**  II - no § 5o-D deste artigo **[normalmente tributadas de acordo com o Anexo V; vide quadro ao lado]** | § 5° B. XVI - fisioterapia;  XVIII - arquitetura e urbanismo;  XIX - medicina, inclusive laboratorial, e enfermagem;   XX - odontologia e prótese dentária;  XXI - psicologia, psicanálise, terapia ocupacional, acupuntura, podologia, fonoaudiologia, clínicas de nutrição e de vacinação e bancos de leite.  § 5°D. I - administração e locação de imóveis de terceiros;  II - academias de dança, de capoeira, de ioga e de artes marciais;  III - academias de atividades físicas, desportivas, de natação e escolas de esportes;  IV - elaboração de programas de computadores, inclusive jogos eletrônicos, desde que desenvolvidos em estabelecimento do optante;  V - licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação;  VI - planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas, desde que realizados em estabelecimento do optante;  IX - empresas montadoras de estandes para feiras;  XII - laboratórios de análises clínicas ou de patologia clínica;  XIII - serviços de tomografia, diagnósticos médicos por imagem, registros gráficos e métodos óticos, bem como ressonância magnética;  XIV - serviços de prótese em geral. |
|

**Tabelas dos Anexos da Lei Complementar nº 123/06**

Anexo III

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Receita Bruta em 12 Meses (em R$)** | | Alíquota | Valor a Deduzir |
|
| **1a Faixa** | Até 180.000,00 | 6,00% | – |
| **2a Faixa** | De 180.000,01 a 360.000,00 | 11,20% | 9.360,00 |
| **3a Faixa** | De 360.000,01 a 720.000,00 | 13,50% | 17.640,00 |
| **4a Faixa** | De 720.000,01 a 1.800.000,00 | 16,00% | 35.640,00 |
| **5a Faixa** | De 1.800.000,01 a 3.600.000,00 | 21,00% | 125.640,00 |
| **6a Faixa** | De 3.600.000,01 a 4.800.000,00 | 33,00% | 648.000,00 |

Anexo IV

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Receita Bruta em 12 Meses (em R$)** | | Alíquota | Valor a Deduzir |
|
| **1a Faixa** | Até 180.000,00 | 4,50% | - |
| **2a Faixa** | De 180.000,01 a 360.000,00 | 9,00% | 8.100,00 |
| **3a Faixa** | De 360.000,01 a 720.000,00 | 10,20% | 12.420,00 |
| **4a Faixa** | De 720.000,01 a 1.800.000,00 | 14,00% | 39.780,00 |
| **5a Faixa** | De 1.800.000,01 a 3.600.000,00 | 22,00% | 183.780,00 |
| **6a Faixa** | De 3.600.000,01 a 4.800.000,00 | 33,00% | 828.000,00 |

Anexo V

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Receita Bruta em 12 Meses (em R$)** | | Alíquota | Valor a Deduzir |
|
| **1a Faixa** | Até 180.000,00 | 15,50% | - |
| **2a Faixa** | De 180.000,01 a 360.000,00 | 18,00% | 4.500,00 |
| **3a Faixa** | De 360.000,01 a 720.000,00 | 19,50% | 9.900,00 |
| **4a Faixa** | De 720.000,01 a 1.800.000,00 | 20,50% | 17.100,00 |
| **5a Faixa** | De 1.800.000,01 a 3.600.000,00 | 23,00% | 62.100,00 |
| **6a Faixa** | De 3.600.000,01 a 4.800.000,00 | 30,50% | 540.000,00 |

**Cálculo da CPP e do ISS**

A Contribuição Previdenciária Patronal (CPP) é tributo abrangido no cálculo do Simples Nacional, salvo para os serviços apurados no Anexo IV. Para calcular a CPP por empresas não optantes pelo regime do Simples Nacional, multiplica-se os valores referentes à folha de salários pela alíquota de 20%[[3]](#footnote-3):

CPP = Folha de salários x 20%

Para calcular o ISS, multiplica-se os valores referentes ao preço dos serviços prestados pela alíquota de 2 a 5%, conforme a lei municipal competente. Para o município de São Paulo, considere que alíquota sobre serviços de tradução e interpretação é de 5%. Para fins deste exercício, **considere que a receita bruta da Traduções Ltda. é totalmente derivada da prestação de serviços de tradução e interpretação**:

ISS = Receita bruta x 5%

**Folha de Respostas**

1. **Prazo de opção:**
2. **Cálculo comparativo do Lucro Presumido vs. Simples Nacional:**

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Cálculo “anual” do lucro presumido** | |  | **IRPJ** | |  | **CSLL** | |
| **Receita bruta “anual”** | **Valor** |  | **Coeficiente** | **Base de cálculo** |  | **Coeficiente** | **Base de cálculo** |
| Serviços de tradução e interpretação |  |  |  |  |  |  |  |
| **Base de cálculo do lucro presumido** | |  | Total |  |  | Total |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| IRPJ 15% | |  |  | |  | - | |
| Adicional do IRPJ (10% s/ parcela que exceder R$240 mil) | |  |  | |  | - | |
| **IRPJ devido** | |  |  | |  | - | |
| CSLL 9% | |  | - | |  |  | |
| **CSLL devida** | |  | **-** | |  |  | |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Tributo devido (IRPJ + CSLL)** | |  |  | | | | |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Cálculo “anual” do PIS/COFINS cumulativo** | |  | **PIS** | |  | **COFINS** | |
| **Receita Bruta “anual”** | **Valor** |  | **Alíquota** | **Valor devido** |  | **Alíquota** | **Valor devido** |
| Serviços de tradução e interpretação |  |  |  |  |  |  |  |
| **Tributo devido** | |  | Total |  |  | Total |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Tributo devido (PIS + COFINS)** | |  |  | | | | |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Cálculo “anual” da CPP** | | |  | **CPP** | | | | | | |
| **Folha de salários anual** | | **Valor** |  | **Alíquota** | | **Valor devido** | | | | |
| Tradutores e intérpretes | |  |  | 20% | |  | | | | |
|  | |  | |  |  |  | |  |  |  |
| **Tributo devido (CPP)** | | | |  |  | | | | | |

**Folha de Respostas**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Cálculo “anual” do ISS** | | |  | | **ISS** | | | | | | | |
| **Prestação de serviços (receita bruta)** | | **Valor** |  | | **Alíquota** | | **Valor devido** | | | | | |
| Serviços de tradução e interpretação | |  |  | | 5% | |  | | | | | |
|  | | |  | |  |  | |  | |  |  |  |
| **Tributo devido (ISS)** | | | |  | |  | | | | | | |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Valor total dos tributos devidos (IRPJ+CSLL+PIS+COFINS+CPP+ISS)** |  |  |

|  |  |
| --- | --- |
| **Apuração “anual” do Simples Nacional** | |
| **Anexo da LC 123 referente ao serviço** |  |
| **Receita bruta “anual”** |  |
| **Folha de salários “anual”** |  |
| **Razão folha de salários/receita bruta (%)** |  |
| **Alíquota** |  |
| **Valor preliminar (receita bruta x alíquota)** |  |
| **(-) Parcela a deduzir** |  |
| **Valor devido** |  |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Valor da diferença entre o regime do Lucro Presumido/Não cumulativo e o Simples Nacional** |  |  |
| **Economia tributária (%)** |  |  |

1. Considere, para os fins deste exercício, uma base anual (e não trimestral) para apuração dos tributos no regime do Lucro Presumido. [↑](#footnote-ref-1)
2. Os Anexos I e II tratam, respectivamente, do regime aplicável à atividade de revenda de mercadorias e de venda de mercadorias industrializadas pelo próprio contribuinte. [↑](#footnote-ref-2)
3. Em regra, nos termos da art. 22, I da Lei nº 8.212/91. Existem outros regimes de apuração e recolhimento de contribuições previdenciárias. [↑](#footnote-ref-3)